



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.754, DE 10 DE MAIO DE 2016

[Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017](#)

[Texto para impressão](#)

~~Altera o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.~~

~~**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV e inciso IV, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, e na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, —~~

~~**DECRETA:**~~

~~Art. 1º O [Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:~~

~~"Art. 5º~~

~~**Parágrafo único.** No âmbito do Ministério da Educação, além do Ministro de Estado da Educação, desempenhará as funções regidas por este Decreto a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme estabelecido em regulamento." (NR).~~

~~"Art. 10.~~

~~.....~~

~~**§ 8º** O protocolo de pedido de credenciamento de instituição de educação superior, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior prorroga a validade do ato autorizativo até a conclusão do processo.~~

~~.....~~

~~**§ 10.** Os pedidos de ato autorizativo serão decididos com base no relatório de avaliação, nos índices e indicadores de qualidade e no conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria em sua atividade instrutória.~~

~~**§ 11.** A criação de universidade ou instituto federal dispensa a edição de ato autorizativo prévio para funcionamento e oferta de cursos, nos termos de sua lei de criação." (NR)~~

~~"Art. 13.~~

~~.....~~

~~**§ 4º** O primeiro credenciamento terá prazo máximo de cinco anos, para faculdades e centros universitários, e de dez anos, para universidades, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)~~

~~"Art. 15.~~

~~.....~~

~~.....~~

~~**f)** demonstração de patrimônio suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida, conforme regulamento;~~

~~....." (NR)~~

~~**Art. 17.** A Secretaria competente receberá os documentos protocolados e dará impulso ao processo.~~

~~....." (NR)~~

~~"Art. 22.~~

~~**§ 1º** A Secretaria competente considerará, para fins regulatórios, relatório de avaliação, índices e indicadores de qualidade e conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria em sua atividade instrutória.~~

~~....." (NR)~~

~~**Art. 23.** A obtenção de conceitos insatisfatórios nas avaliações de SINAES, inclusive em eixos, dimensões, índices e indicadores de qualidade, poderá ensejar a celebração de protocolo de compromisso, na forma estabelecida pelos art. 60 e art. 61.~~

~~....." (NR)~~

~~"Art. 24.~~

~~**§ 1º** O **campus** fora de sede integrará o conjunto da universidade e não gozará de prerrogativas de autonomia, ressalvados os **campi** de universidades federais que tiverem prerrogativas de autonomia mencionadas em suas leis de criação.~~

~~.....~~

~~**§ 4º** A Secretaria competente poderá, consideradas as necessidades de desenvolvimento do País, conceder autonomia aos **campi** fora de sede das universidades federais, nos termos estabelecidos em regulamento.~~

§ 5º — Competirá à Secretaria de Educação Superior — Sesu e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, ambas do Ministério da Educação, assegurar, com o aporte dos recursos necessários, a implantação e o funcionamento dos novos campi fora de sede das instituições mantidas pelo Poder Público federal e de seus cursos.” (NR)

“Art. 25.

§ 4º — Não será admitida a transferência de manutémção em favor de postulante que, diretamente ou por qualquer entidade mantida, tenha recebido penalidades de natureza institucional, em matéria de educação superior, perante o sistema federal de ensino, nos últimos cinco anos.

§ 6º — Os documentos do novo mantenedor deverão demonstrar a existência de patrimônio suficiente para assegurar a sustentabilidade financeira da instituição mantida, considerados eventuais passivos e dívidas civis, tributárias, trabalhistas e de outra ordem, e explicitar a política de ensino a ser adotada na instituição, conforme regulamento.

§ 7º — O Ministério da Educação poderá prever em regulamento próprio procedimento simplificado para a transferência de manutémção entre pessoas jurídicas de um mesmo grupo educacional.” (NR)

“Art. 26.

§ 1º — O pedido observará os requisitos pertinentes ao credenciamento de instituições.

§ 4º — A Secretaria competente poderá instituir processo simplificado de credenciamento específico para oferta de educação a distância para as instituições federais e estaduais de educação superior, exclusivamente no âmbito de programas ou ações conduzidas pelo Ministério da Educação.” (NR)

“Art. 28.

§ 2º — A oferta de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em universidades e centros universitários, depende de autorização do Ministério da Educação, após prévia manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde, respectivamente.

§ 3º — O aumento de vagas em cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em universidades e centros universitários, depende de autorização do Ministério da Educação, conforme regulamento.

§ 4º — O prazo para a manifestação dos Conselhos prevista no § 2º é de sessenta dias, prorrogável por igual período, a requerimento do Conselho interessado, e terá caráter opinativo.

§ 5º — A Secretaria competente, ouvida a Secretaria de Educação Superior, poderá instituir processo de autorização simplificado para os cursos a que se refere o § 2º para as universidades federais, conforme regulamento.

§ 6º — Sem prejuízo do disposto nos art. 2º, § 3º, e art. 7º, caput, inciso VI, alínea “c”, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os institutos federais somente poderão ofertar cursos de bacharelado nas áreas em que ofereçam cursos técnicos de nível médio, assegurado o itinerário formativo.” (NR)

“Art. 29.

§ 1º — No caso de curso correspondente a profissão regulamentada, a Secretaria abrirá prazo para que o órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, possa oferecer subsídios à decisão do Ministério da Educação, em caráter opinativo, no prazo de sessenta dias.

§ 2º — A Secretaria competente poderá dispensar a realização de avaliação *in loco*, conforme regulamento.

§ 3º — Poderão ser instituídos processos de autorização simplificados para a oferta de cursos superiores para instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público, conforme regulamento.” (NR)

“Art. 36. — O reconhecimento de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem deverá ser submetido, respectivamente, à manifestação, em caráter opinativo, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde.

Parágrafo único. — O prazo previsto no caput é de sessenta dias, prorrogável por igual período.” (NR)

“Art. 39. — A obtenção de conceitos insatisfatórios nas avaliações do SINAES, inclusive em eixos, dimensões, índices e indicadores de qualidade poderá ensejar a celebração de protocolo de compromisso, na forma estabelecida pelos art. 60 e art. 61.

.....” (NR)

“Art. 41. — A instituição deverá protocolar pedido de renovação de reconhecimento de curso no período e na forma estabelecidos em regulamento.” (NR)

“Art. 45. — A Secretaria competente exercerá as atividades de supervisão relativas aos cursos de graduação e sequenciais e às instituições de educação superior que os ofertam.

.....” (NR)

“Art. 46.

~~§ 2º A representação será recebida, numerada e autuada pela Secretaria competente na forma de expediente preparatório.~~

~~§ 3º Após a análise do expediente preparatório, a Secretaria competente decidirá sobre a abertura de processo de supervisão.~~

~~§ 4º Comprovada deficiência ou irregularidade, será instaurado processo administrativo para apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades.~~

~~§ 5º O processo administrativo poderá ser instaurado de ofício, quando a Secretaria competente tiver~~